mando-se para cada caso especial uma deliberação, também especial;

Considerando que urge providenciar de forma a que todas as comissões de administração dos bens das igrejas fiquem sujeitas ao mesmo regime de remuneração;

Atendendo às numerosas reclamações por várias das referidas comissões, no sentido de lhes ser aumentada a remuneração, que não está de acôrdo, nem com as actuais condições de vida, nem com a forma como se têm desempenhado das suas funções, fazendo aumentar apreciavelmente os rendimentos;

Atendendo ao que foi representado pela Comissão Central de Execução da Lei da Separação do Estado das Igrejas:

Hei por bem, sob proposta do Ministro da Justiça e dos Cultos, e nos termos do artigo 191.º da lei de 20 de Abril de 1911, decretar que o artigo 18.º do regimento de 22 de Agosto de 1911 fique redigido pela forma seguinte:

Artigo 18.º Os membros das comissões concelhias de administração dos bens das igrejas serão remunerados com uma percentagem fixada pela Comissão Central de Execução da Lei da Separação do Estado das Igrejas até 15 por cento sobre a receita líquida não superior a 15.000\$ e 7,5 por cento sobre a parte da mesma receita excedente a essa quantia. O produto da percentagem será dividido entre eles igualmente, depois de pagas as despesas de expediente.

§ 1.º Emquanto se não fizer a reforma judiciária, os delegados da Procuradoria da República serão considerados membros das respectivas comissões concelhias, para o efeito da remuneração e da participação nas percentagens.

§ 2.º Fica revogado o artigo 4.º do decreto n.º 5:796, de 27 de Maio de 1919.

Paços do Governo da República, 13 de Novembro de 1923.— MANUEL TEIXEIRA GOMES—*António de Abranches Ferrão*.

Portaria n.º 3:815

Tornando-se necessário obviar aos inconvenientes resultantes para a organização do recenseamento dos jurados comerciais do facto de terem sido desintegradas as funções de conservador do registo comercial das de secretário do Tribunal do Comércio: manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Justiça e dos Cultos, que os conservadores privativos do registo comercial enviem, até o dia 1 de Outubro de cada ano, aos secretários do respectivo Tribunal do Comércio, relações que contenham os elementos necessários à elaboração do recenseamento dos jurados comerciais, nos termos dos artigos 59.º e 60.º do Código do Processo Commercial, este último apenas na sua parte applicável, devendo essa remessa no presente ano ser feita no prazo de cinco dias, a contar da publicação da presente portaria.

Paços do Governo da República, 13 de Novembro de 1923.—O Ministro da Justiça e dos Cultos, *António de Abranches Ferrão*.

MINISTÉRIO DA MARINHA

Majoria General da Armada

Repartição do Pessoal

Portaria n.º 3:816

Considerando que o decreto n.º 9:221, de 6 do corrente mês e ano, que melhora os vencimentos do pessoal

fabril dos Arsenais do Exército e Marinha e da Fábrica Nacional da Cordoaria não se refere ao pessoal da Direcção dos Serviços Marítimos e de Mobilização, que àquele é equiparado, nem ao pessoal do trôço do mar em serviço na Repartição do Material de Guerra de Marinha, também a este equiparado: manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Marinha, que as disposições do decreto n.º 9:221, de 6 do corrente, sejam extensivas ao pessoal da Direcção dos Serviços Marítimos e de Mobilização, e bem assim ao pessoal do trôço do mar em serviço na Repartição do Material de Guerra.

Paços do Governo da República, 13 de Novembro de 1923.—O Ministro da Marinha, *Abel Fontoura da Costa*.

Superintendência dos Serviços Fabris

Rectificações ao decreto n.º 9:221,
publicado no «Diário do Governo» n.º 235, 1.ª série,
de 6 de Novembro de 1923

Na tabela A, 3.ª categoria, onde se lê: «escriturário, sub-chefe e chefe dos guardas», deve ler-se: «escriturário sub-chefe e chefe dos guardas (4.ª linha)».

Na tabela B, 2.ª categoria, onde se lê: «escriturário, sub-chefe», etc., deve ler-se: «escriturário sub-chefe», etc., (3.ª linha).

Na tabela B, na categoria operário de salário médio, a melhoria correspondente é 13\$40 e não 13\$49 (11.ª linha).

Superintendência dos Serviços Fabris, 7 de Novembro de 1923.—O Superintendente, *Mariano da Silva*, contra-almirante.

Intendência de Marinha

Repartição de Faróis

Decreto n.º 9:233

Havendo dúvidas sobre a applicação do determinado no artigo 4.º do decreto n.º 8:868, de 28 de Maio último, e convindo que os vencimentos melhorados dos faroleiros e mecânicos faroleiros obedeçam sempre ao princípio moral e disciplinador de que deve haver diferenças sensíveis em relação às diversas categorias; e

Atendendo a que das disposições do presente diploma resulta economia apreciável para a Fazenda Nacional;

Cumpridas as disposições do artigo 42.º da lei n.º 1:355, de 15 de Setembro de 1922, e nos termos da autorização conferida ao Governo pelo artigo 43.º da mesma lei e artigo 9.º da lei n.º 1:356, da mesma data, e para cumprimento do disposto no artigo 4.º do decreto n.º 8:868;

Usando da faculdade que me confere o n.º 3.º do artigo 47.º da Constituição Política da República Portuguesa:

Hei por bem, sob proposta dos Ministros das Finanças e da Marinha, tendo ouvido o Conselho de Ministros, decretar o seguinte:

Artigo 1.º As alterações a que se refere o artigo 4.º do decreto n.º 8:868 applicam-se aos faroleiros e mecânicos faroleiros pela forma seguinte:

a) O vencimento de categoria e melhoria de um primeiro faroleiro e mecânico faroleiro em exercício nos faróis das 1.ª e 2.ª classes de isolamento são iguais aos de um semafórico da Administração Geral dos Correios e Telégrafos, com trinta anos de serviço;

b) O vencimento de categoria e melhoria de um segundo faroleiro, faroleiro auxiliar, mecânico faroleiro e faroleiro supranumerário em exercício nos faróis das 1.ª